



QUESTÕES DE RELEVÂNCIA PARA O PLANEJAMENTO DE ENSINO

Úrsula Lima Brugge; Sidney Ribeiro Palmeira.

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, ursula.brugge@ifrn.edu.br
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, sidney.palmeira@ifrn.edu.br*

Resumo:

Libâneo (1994) costuma dividir os planos pedagógicos em três categorias: plano de escola, plano de curso e plano de aula. O plano de escola (também chamado, por outros autores, de Projeto Pedagógico ou Projeto Político-Pedagógico) é um documento maior da escola, cuja função é apresentá-la de modo mais amplo, abordando temas como seus norteamentos ideológicos, a política interna de gestão, os números e dados da escola etc. O plano de curso (também chamado de plano de disciplina) e o plano de aula, por sua vez, têm a ver com o andamento das disciplinas em si. É com esses dois tipos de planos pedagógicos que o professor mais lida ao longo de sua carreira e sobre os quais trabalharemos neste artigo. O objetivo, portanto, deste artigo é contribuir com os professores na elaboração de seus planos de aula, apresentando, de modo resumido, os principais elementos necessários aos planos pedagógicos e como redigi-los. Esperamos, com isso, contribuir de modo significativo na construção desse elemento que é essencial à prática docente, mas que costumeiramente gera muitas dúvidas entre os professores. O planejamento contribui para a orientação da prática do professor na busca de melhores resultados de ensino, bem como de aprendizagem. Nesse sentido, planejar envolve decidir sobre os objetivos (*para que ensinar?*), os conteúdos (*o que ensinar?*), a metodologia (*como ensinar?*), sem desconsiderar o público para o qual se dirige a ação pedagógica (*para quem ensinar?*). Os principais elementos que devem constar nos planos pedagógicos são: o tema da aula, o objetivo geral, os objetivos específicos, os conteúdos, a metodologia, os recursos didáticos, a avaliação do trabalho pedagógico e, por fim, as referências bibliográficas.

Palavras-chave: planejamento de ensino; planos pedagógicos; elaboração de plano de aula.

INTRODUÇÃO

Dos muitos elementos que compõem o cotidiano da prática pedagógica, um em especial costuma gerar muitas dúvidas entre os professores: como se dá a estruturação dos planos pedagógicos.

Libâneo (1994) costuma dividir os planos pedagógicos em três categorias: plano de escola, plano de curso e plano de aula.

O plano de escola (também chamado, por outros autores, de Projeto Pedagógico ou Projeto Político-Pedagógico) é um documento maior da escola, cuja função é apresentá-la de modo mais amplo, abordando temas como seus norteamentos ideológicos, a política interna



de gestão, os números e dados da escola etc. Geralmente é feito e revisto periodicamente pela comunidade escolar.

O plano de curso (também chamado de plano de disciplina) e o plano de aula, por sua vez, têm a ver com o andamento das disciplinas em si. É com esses dois tipos de planos pedagógicos que o professor mais lida ao longo de sua carreira e sobre os quais trabalharemos neste artigo. O plano de curso refere-se à previsão das atividades da disciplina como um todo, apresentando um quadro das unidades que serão ministradas e o quantitativo de aulas necessárias para o cumprimento de cada uma. Os planos de aula, por sua vez, caracterizam-se pelo desdobramento, aula a aula, do plano de curso. Em cada plano de aula, o professor pormenorizará os conteúdos e as metodologias específicas que serão utilizadas naquela aula. Se no plano de curso, o professor apenas sinaliza, de modo genérico, as metodologias que poderão ser empregadas ao longo do semestre ou do ano letivo, no plano de aula, ele detalhará quais serão as estratégias metodológicas, os conteúdos e recursos didáticos que utilizará naquela aula em específico.

Com o que foi dito até aqui, já se pode perceber que planejar é uma ação de previsão, de projeção de uma ação futura. No que toca a docência, especificamente, trata-se de uma reflexão sobre a prática pedagógica, visando adequá-la ao contexto histórico, social e político vigente, a fim de buscar soluções para os problemas e, principalmente, aperfeiçoar a prática docente mediante as dificuldades cotidianas que se apresentam.

O planejamento contribui, portanto, para a orientação da prática do professor na busca de melhores resultados de ensino, bem como de aprendizagem. Nesse sentido, planejar envolve decidir sobre os objetivos (*para que ensinar?*), os conteúdos (*o que ensinar?*), a metodologia (*como ensinar?*), sem desconsiderar o público para o qual se dirige a ação pedagógica (*para quem ensinar?*).

A importância do planejamento se dá pelo fato de que, ao fazê-lo,

[...] o professor torna-se protagonista de sua ação, negando-se a ser simples executor de esquemas elaborados por outrem. Mesmo partindo de propostas pensadas longe do espaço de sua sala de aula, o professor pode tomá-las como



objeto de reflexão, avaliando-as, resignificando-as, redirecionando-as, apropriando-se crítica e criativamente delas, imprimindo-lhes o significado desejado (PASSOS, 2011, p. 01)

Não devemos, porém, esquecer que os planos (sejam eles de aula, de curso ou de escola) devem sempre ser flexíveis. A importância da flexibilidade dos planos se dá pelo fato de que a realidade é muito complexa, o que impõe à ação docente sempre lidar com a contingência, com o inesperado. Assim, eles não podem ser abraçados pelos professores como esquemas rígidos e acabados. Os planos devem ser encarados como roteiros, flexíveis e mutáveis, que servem como orientação da ação pedagógica. Isso exige, é bem verdade, uma constante revisão, por parte dos professores, de seus planos, a fim de que possam adaptá-los à realidade concreta de cada sala de aula.

1. O PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO

Quando o professor vai esboçar seus planos de aula, sete pontos devem ser considerados: o tema da aula, os objetivos geral e específicos, os conteúdos, a metodologia, os recursos didáticos, a avaliação do trabalho pedagógico e, por fim, as referências bibliográficas.

1.1. O TEMA

Ao pensar sobre o tema de suas aulas, o professor deve levar em consideração alguns documentos importantes: primeiro, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio onde encontrará norteamentos gerais a respeito das competências esperadas dos alunos em relação à sua disciplina; segundo, o projeto político-pedagógico da escola, a fim de não criar conflitos entre o seu trabalho e o cerne político-ideológico da escola; e, por fim, seu próprio plano de disciplina, revendo e repensando as estratégias que utilizará para ministrar o conteúdo de ensino mediante as dificuldades



concretas de cada turma.

1.2 OS OBJETIVOS

Os objetivos do plano devem indicar sempre as *aprendizagens* que se pretende atingir com o processo de ensino, isto é, expor os resultados da ação educativa.

De modo geral, eles constituem a mola-mestre de todo o plano didático. É a partir da sua perfeita definição, que se pode determinar os assuntos que serão abordados (conteúdos), os meios adequados para alcançá-los (metodologia e recursos didáticos) e o tipo de avaliação que será empregada.

Na sua elaboração, alguns pontos devem ser levados em consideração pelo professor: primeiramente, suas próprias perspectivas teórico-metodológicas, as quais guiarão sua tomada de decisão em relação às metodologias, aos recursos didáticos e às avaliações. Professores ligados a linhas mais progressistas de ensino, por exemplo, provavelmente voltar-se-ão a metodologias ativas de ensino e, por consequência, utilizarão de recursos didáticos mais variados que apenas o quadro branco; por certo, também, lançarão mão de práticas avaliativas contínuas, efetivadas em diferentes tipos de atividades que não apenas em uma prova escrita ao final da unidade.

O segundo ponto a ser considerado na elaboração dos objetivos é a realidade concreta da escola: o professor deve sempre atentar-se para as condições da escola onde trabalha, afinal, não são todas as escolas que detêm laboratórios e materiais para aulas experimentais, por exemplo; não são todas as escolas que possuem projetores multimídia, laboratórios de informática ou salas de audiovisual em número suficiente a atender todas as turmas.

Outro ponto é a característica do alunado, isto é, o nível de desenvolvimento, os interesses e a realidade social dos alunos.

Por fim, o professor deve perceber as especificidades da sua própria disciplina. Disciplinas como Matemática e Biologia, por exemplo, quando comparadas, facilmente as diferenças são percebidas: enquanto a Matemática, por possuir linguagem própria de números e equações, lida muito mais com a pura lógica, a Biologia é uma ciência que em muito baseia



seus conhecimentos em observações e experimentações – algo que é possivelmente transmutável às aulas dessa disciplina. Desse modo, é sempre louvável que o professor atente-se para as características específicas de sua disciplina quando for elaborar seus objetivos.

O mais comum é que os objetivos apareçam divididos em duas categorias dentro do plano: objetivo geral e objetivos específicos. O objetivo geral compreenderá uma finalidade mais global da ação pedagógica como, por exemplo, a compreensão, o conhecimento, a análise de um dado assunto etc. Os objetivos específicos, por sua vez, expressam os pequenos passos necessários aos alunos para alcançarem a finalidade geral da ação didática. Os objetivos específicos referem-se, assim, a aspectos mais concretos, alcançáveis em um menor espaço de tempo. Por exemplo: descrever um dado objeto de estudo, solucionar um problema, experimentar, comparar ou diferenciar conteúdos etc.

Para um efetivo auxílio aos professores na construção de seus objetivos, é interessante conhecer e consultar a *Taxonomia de Bloom*: trata-se de um instrumento cuja finalidade é “[...] auxiliar a identificação e a declaração dos objetivos ligados ao desenvolvimento cognitivo que [...] engloba a aquisição do conhecimento, competência e atitudes, visando facilitar o planejamento do processo de ensino e aprendizagem” (FERRAZ; BELHOT, 2017).

1.3 OS CONTEÚDOS

Conteúdos de ensino são, de modo geral, o conjunto dos conhecimentos, habilidades, hábitos, modos e atitudes produzidos e acumulados pela sociedade, organizados didaticamente, tendo em vista a assimilação dos alunos. Eles devem ser instrumentos de compreensão da realidade; devem ser dinâmicos, atualizados e contribuir para o desenvolvimento das capacidades não apenas cognitivas, mas também éticas, afetivas, atitudinais e psicomotoras dos alunos. É com base nos conteúdos que o professor procura alcançar os objetivos. Há, portanto, na elaboração do plano didático, uma relação direta entre a composição dos objetivos específicos e a exposição dos conteúdos da aula.

Dois cuidados, no entanto, o professor deve ter em relação aos conteúdos. Primeiro, cuidar para não transformar sua prática em um mero repassar de matérias, de modo linear e



mecânico, transformando, assim, o conteúdo no epicentro de sua ação pedagógica. Há que se ter sempre a sensibilidade de tratar os conteúdos como apenas uma das partes do processo de ensino e aprendizagem, o qual é bem mais amplo, complexo e dinâmico. Em segundo lugar, o professor deve, em seu fazer pedagógico, buscar superar a fragmentação dos conteúdos comum aos livros didáticos, auxiliando os alunos na construção de uma visão de totalidade daquele mesmo conteúdo.

Rubem Alves (2011) afirma que a função dos professores não é ensinar nada, afinal, o conhecimento está na internet, nos livros, está disponível em diferentes fontes. Para ele, com o que os professores realmente devem se preocupar é em fazer os alunos pensarem. Seguindo a lógica de Rubem Alves, diríamos que a função do professor é dar movimento aos conteúdos, relacioná-los, ajudando os alunos a perceberem que os conteúdos estanques e agrupados em capítulos nos livros têm, entre si, múltiplas relações.

Por exemplo, mostrar aos alunos que o estudo dos organismos nos livros de Biologia geralmente inicia com os mais simples e vai avançando até chegar aos mais complexos, incentivando que percebam as diferenças entre esses organismos. No ensino de História, por sua vez, ajudar os alunos a perceberem as relações entre os conteúdos de História Geral e os de História do Brasil. No ensino de línguas estrangeiras, relacionar os estudos de gramática com as letras das músicas que os alunos estão escutando. Enfim, dar movimento ao que está inerte nos livros, na internet, nas revistas etc.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia é, sem sombra de dúvidas, um dos elementos-chave para o sucesso (ou não) da ação docente. Em um levantamento simples feito com estudantes da disciplina de Didática da Licenciatura em Biologia do IFRN-Macau, a “metodologia”, bem como as “relações interpessoais professor-aluno” foram os elementos mais apontados por eles como os que geraram maior impacto na sua aprendizagem ao longo da vida estudantil.

A pesquisa foi feita em grupo e pedia aos estudantes que recordassem sua vida estudantil e elessem dois professores marcantes: um positivo e outro negativamente. Na



sequência, deveriam apresentar suas reflexões para o grupo e suas respostas foram organizadas em determinadas categorias pela ministrante da disciplina. Essa pesquisa foi realizada em três turmas: 2016.1, 2016.2 e 2017.1. O objetivo dessa pesquisa-sondagem era o de sensibilizar os futuros docentes de Biologia sobre a importância da metodologia na dinâmica das aulas e na aprendizagem dos alunos.

A maior parte dos professores creem que para se ser um bom professor há que se deter o máximo possível de conhecimento da área de atuação. Ora, isso é verdade. Não se pode ser professor de uma disciplina sem saber sobre aquele assunto. É necessário deter o conhecimento, mas quantas vezes ouvimos os alunos reclamarem de algum colega, afirmando: “ele sabe o conteúdo, mas não consegue passar”? É necessário deter o conhecimento, mas não é suficiente. A desenvoltura metodológica do professor é tão importante quanto o seu domínio da matéria em questão.

A metodologia refere-se ao *como* do desenvolvimento da ação pedagógica e só pode ser determinada em articulação com os objetivos dessa ação. Sua função é intermediar a interação entre o ensino e a aprendizagem, entre o professor e os alunos e, entre os alunos e os conteúdos, a fim de facilitar a assimilação dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas dos alunos.

Grosso modo, Libâneo (1994) divide as metodologias em cinco grupos: métodos de exposição pelo professor, métodos de trabalho independente, método de elaboração conjunta, métodos de trabalho em grupo e atividades especiais.

1.4.1 Métodos de exposição pelo professor

É de responsabilidade do professor a apresentação, explicação ou demonstração dos conhecimentos, habilidades e tarefas. A atividade do aluno é mais receptiva, o que não necessariamente significa que seja passiva, afinal, o aluno pode ser constantemente desafiado pelas problematizações criadas pelo professor. O importante é mobilizar a atividade mental do aluno, isto é, sua concentração e raciocínio. São exemplos: aula expositiva, aula demonstrativa, aula com ilustração, aula com exemplificação (LIBÂNEO, 1994). É



interessante, porém, combinar os métodos expositivos a outros procedimentos de cunho mais ativo como, por exemplo, a aula dialogada, o trabalho em grupo e os trabalhos independentes.

1.4.2 Métodos de trabalho independente

Consistem, basicamente, em tarefas dirigidas e orientadas pelo professor a fim de que os alunos as resolvam de forma relativamente independente. São exemplos: as tarefas (preparatória, de assimilação, de elaboração pessoal), os estudos dirigidos, as pesquisas escolares e as fichas didáticas (LIBÂNEO, 1994). Muitos professores, no entanto, utilizam desses métodos para manter seus alunos “ocupados”, o que descaracteriza o lado pedagógico desses métodos. Para que os trabalhos independentes não percam seu caráter educativo, eles devem ser planejados em correspondência com os objetivos, conteúdos e demais procedimentos metodológicos.

1.4.3 Método de elaboração conjunta

Consiste em uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos, visando a obtenção de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções, bem como a fixação e consolidação daqueles outrora adquiridos. É exemplo: a aula dialogada. Esse método atinge seu objetivo quando os temas da matéria tornam-se atividade de pensamento dos alunos e meio de desenvolvimento de suas capacidades mentais. Excelente procedimento para assimilação ativa dos conteúdos (LIBÂNEO, 1994).

1.4.4 Métodos de trabalho em grupo

Consiste basicamente na distribuição de temas de estudos a pequenos grupos de alunos. A finalidade é obter uma aprendizagem cooperativa entre os alunos na realização das tarefas do grupo, procurando desenvolver as habilidades de trabalho coletivo e responsável,



bem como a capacidade de verbalização, de expressão e de argumentação. São exemplos: o debate, o seminário e os trabalhos escritos (LIBÂNEO, 1994).

1.4.5 Atividades especiais

Complementam os métodos de ensino, contribuindo para a assimilação ativa dos conteúdos. Há atividades mais pontuais como as aulas de campo, as excursões e as visitas, e atividades mais extensas como a montagem de feiras e a pedagogia de projetos, que envolvem um trabalho mais interdisciplinar e coletivo, mobilizando diferentes setores da escola (LIBÂNEO, 1994).

1.5 RECURSOS DIDÁTICOS

No plano, o item dos recursos didáticos apresentará todos os materiais necessários à execução das atividades ali previstas. Por exemplo, em uma aula cujo procedimento metodológico for uma aula expositiva, mediada por uma apresentação de vídeos e *slides*, os recursos didáticos por certo serão: computador, projetor multimídia e caixas de som. A importância de se elencar de modo pormenorizados os recursos didáticos empregados nas aulas está no fato de que disso depende a organização logística escola. Como dito anteriormente, não são todas as escolas que contam com recursos abundantes, especialmente os de almoxarifado e tecnologias. Assim sendo, é de extrema importância o professor deixar a gestão da escola informada a respeito dos materiais necessários ao andamento das disciplinas através dos seus planos de aula.

O plano é um documento de registro, mas também de comunicação e solicitação. Não por menos ele precisa ser objetivo, preciso, organizado, sistematicamente exposto.



1.6 AVALIAÇÃO

Segundo Cipriano Luckesi (apud. PASSOS, 2011), avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que visa auxiliar o professor na tomada de decisões sobre o seu trabalho. Em outras palavras, afirma Libâneo (1994, p. 106), a avaliação escolar pode ser definida como um componente que deve fazer parte do processo de ensino e aprendizagem e que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar as decisões dos professores em relação às atividades didáticas seguintes.

A apreciação qualitativa se dá, segundo Luckesi (2008), mediante a análise de dados concretos advindos das respostas dos alunos em atividade – seja em provas, exercícios, dinâmicas, tarefas, etc. Esse conjunto de respostas oferece ao professor um panorama sobre o sucesso ou insucesso dos alunos mediante os objetivos traçados e permite a ele, em vista da realidade, tomar decisões sobre o que deve (ou não) fazer em seu trabalho docente. Em outras palavras, a avaliação é o elemento-chave para a flexibilidade dos planos didáticos, posto que ela é quem dará ao professor o *feedback* se sua metodologia e recursos estão ou não contribuindo de modo significativo para que os alunos desenvolvam as competências e capacidades deles esperadas.

Existem quatro equívocos que os professores cometem quanto a essa temática da avaliação. Primeiro: relacionar diretamente *avaliação* à *prova*. É comum os professores tomarem a avaliação como ato unicamente de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos, reduzindo o *feedback* do processo educacional à cobrança daquilo que foi apenas memorizado pelo aluno. Essa é uma prática que sobrepõe o controle à ação pedagógica.

Segundo: utilizar a avaliação como uma arma de intimidação e ameaça. As classificações criadas por essa compreensão de avaliação são extremamente segregacionistas, posto que dividem os alunos em “aptos” ou “inaptos”, “bons” ou “ruins”. Aos “bons”, aprovações e méritos; aos “ruins”, a imagem de “desinteressados”, “indisciplinados”. Isso gera frustrações, ansiedade e pode ser uma das principais causas da evasão escolar.



Terceiro: rejeição às medidas quantitativas. Segundo Luckesi (2008), as aferições quantitativas ajudam o professor a não se perder em sua subjetividade. São instrumentos interessantes para traçar um panorama a respeito do alunado e de sua evolução dentro da disciplina.

Quarto: não avaliar. A avaliação é um ponto extremamente importante para o desenvolvimento da ação pedagógica. Ela não garante apenas um panorama da aprendizagem dos alunos, mas dá ao professor elementos para pensar sua própria atuação, servindo, assim, de ferramenta para a revisão de seus planos pedagógicos. Ademais, os alunos também precisam saber se estão ou não aprendendo determinado conteúdo e as avaliações são, por certo, o elemento para essa verificação.

Muitos creem que o ideal é não avaliar, posto que a avaliação seria um elemento de ansiedade e mal-estar por parte dos alunos. No entanto, esse desconforto em relação à avaliação advém de uma concepção distorcida do que seria o ato de avaliar – a qual a associa a provas, memorizações, notas e classificações. A avaliação deve ser desmistificada e encarada como apenas mais um elemento da ação educativa. E, dentro dessa lógica, é válido salientar que a avaliação pode e deve ocorrer no *início* do processo de ensino, como forma de sondagem dos conhecimentos, experiências e habilidades prévias dos alunos; *durante* o processo, como forma de acompanhamento do progresso dos alunos, ajudando, com a análise dos resultados, a esclarecer dúvidas, corrigir falhas e estimular os alunos a continuarem os estudos e, *ao final*, como forma de verificação global dos resultados da aprendizagem.

CONCLUSÃO

As referências bibliográficas constituem o último elemento do plano. Nele, o professor exporá todas as fontes que utilizou em seu planejamento e não apenas os livros didáticos que serão utilizados pelos alunos. As referências ajudarão ao professor a rever os livros, sites e demais fontes que consultou na construção daquele plano bem como servirão aos alunos, para que possam ter acesso a mais fontes de leitura e pesquisa.



O objetivo deste artigo era de contribuir com os professores para a elaboração de seus planos de aula, apresentando, de modo resumido, os principais elementos necessários aos planos pedagógicos e como o professor deve redigi-los. Esperamos com isso ter contribuído de modo significativo na construção desse elemento que é essencial à prática docente, mas que costumeiramente gera dúvidas entre os professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. A Escola Ideal – o papel do professor. **Youtube**, 14 de jun de 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qjyNv42g2XU>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. **Taxonomia de Bloom:** revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n2/a15v17n2.pdf>. Acesso em 11 ago. 2017.

PASSOS, Carmensita. **Planejamento:** para além do burocratismo. Disponível em: www2.tjce.jus.br. Acesso em ago/2011

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.